

Governo quer cortar R\$ 10,00 do salário mínimo, mas não cobra bilhões dos grandes devedores

É justo? É moral?

O ministro da Fazenda, Henrique Meireles, sinalizou na semana passada que o salário mínimo, pelas regras atuais, deva sofrer uma redução de R\$ 10,00 no valor da sua correção estimada para vigorar a partir de primeiro de Janeiro de 2018. O valor deve ficar abaixo, inclusive, das previsões do próprio Governo Federal, inserida na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, encaminhada para aprovação no Congresso Nacional.

Diante desse cenário, o Governo Temer deve ter uma melhor reflexão já que cobra muito timidamente dos grandes devedores nacionais (que devem mais de um trilhão de reais em tributos federais vencidos), mas está prestes a sacrificar os 45 milhões de trabalhadores, que recebem um salário mínimo, diminuindo míseros R\$ 10,00 sobre a estimativa do mínimo para 2018. Defendemos que, através de uma proposição de medida provisória, sejam mantidas as previsões iniciais anunciadas de um salário mínimo de R\$ 979,00, ficando os R\$ 10,00 como ganho real acima da correção pela atual regra.

A legislação em vigor, que buscou a valorização do salário mínimo começou a ser negociada em 2007 e tornou-se Lei (13.152) somente em 2015, com validade até 2019. Pela Lei 13.152, o salário mínimo atualmente é corrigido pelo INPC do ano anterior mais a variação do PIB dos dois anos antecedentes.

Assim para 2018, como o PIB de 2016 foi negativo em 3,6%, teremos somente a correção pelo INPC, antes estimada de 4,48%. Sendo assim, o salário mínimo passaria a partir de 2018, dos atuais R\$ 937,00 para R\$ 979,00, refletindo um aumento nominal de R\$ 42,00, inclusive lançadas essas estimativas na LDO para 2018.

Com as novas projeções fechadas na semana passada, de que do INPC acumulado, caindo para 4,2% e podendo cair ainda mais, a nova previsão provoca uma redução no aumento proposto na LDO de R\$ 10,00, o salário mínimo indo para apenas R\$ 969,00 em 2018.

Assim teremos uma correção nominal de apenas R\$ 32,00, muito pouco para quem ganha salário mínimo, mas representativo no orçamento público, visto que, para cada R\$ 1,00 de acréscimo no mínimo, gera um gasto adicional ao governo de R\$ 301.6 milhões. Assim, os 45 milhões de trabalhadores que ganham até um salário mínimo, vão gerar um dispêndio no orçamento federal da ordem de mais de R\$ 10 bilhões, considerando-se inclusive os beneficiários da previdência, cujo 66% estão situados com os rendimentos na faixa de um salário mínimo/mês.

A manutenção dos R\$ 10,00 no mínimo para 2018 é muito menos impactante, por exemplo, do que os aumentos concedidos para o setor judiciário nesta mesma época. No ano passado, o aumento de 41,7% foi concedido para uns poucos privilegiados.

Enquanto a nossa economia não voltar a crescer, os 45 milhões de brasileiros que recebem o salário mínimo terão apenas as correções das perdas medidas pelo INPC. Sua renda somente não estará sendo mais desvalorizada, se a inflação continuar em baixa e, assim, não depreciar mais ainda a massa salarial dos trabalhadores. Vale ressaltar que: Considerando que para 2019 teremos ganhos reais próximos de zero, pelo nosso PIB estimado de menos de 0,4% para 2017, nada mais justo que preservar esse ganho real dos R\$ 10,00 para estimular crescimento, inclusive o aumento do poder de consumo, ainda que timidamente.

A situação no Brasil só não está pior para os trabalhadores assalariados por que nos últimos cinco mandatos presidenciais (dois de Fernando Henrique Cardoso, dois de Lula e um de Dilma) o salário mínimo teve ganho real, com destaque para os anos entre 2004 e 2016, da ordem de 77,18 %, segundo o DIEESE. Mesmo assim, o salário mínimo está muito longe de prover todas as necessidades básicas, pois os valores atuais pago de R\$ 937,00, são suficientes apenas para cobrir cerca de 26% dessas mesmas necessidades previstas.

Um salário mínimo suficiente para atender 100% das necessidades básicas com alimentação, higiene, moradia e transporte, como ele foi proposto em 1940, pelo Presidente Getúlio Vargas, teríamos que ter um salário mínimo em torno de R\$ 3.810,36, segundo o DIEESE. Obviamente não seria suportável para as condições atuais do Brasil, ainda mais com a baixa produtividade dos trabalhadores assalariados, atrelada a baixa escolaridade. O maior salário mínimo já pago no Brasil ocorreu no período de JK nos em 1950, em São Paulo, de cerca de R\$ 2 mil, quando o salário mínimo ainda não era unificado.

Ainda assim, nos últimos 13 anos, tivemos ganhos para o salário mínimo. Na verdade abaixo do necessário, embora essa seja uma política assertiva de distribuição de renda e de alavancagem do crescimento econômico. Em 2003, com um salário mínimo de R\$ 240,00 comprávamos apenas 0,97% de cestas básicas. Já em 2016, com o valor de R\$ 880,00 passamos a comprar 2,63% das cestas básicas de R\$ 412,15.

As questões das enormes distorções salariais no Brasil não estão somente no baixo salário mínimo, e sim no forço entre os que ganham altos salários, inflados no setor público, por exemplo, que minam a capacidade do Estado de pagar um salário mais justo, aos que ganham menos. Isto somente favorece o aumento das enormes desigualdades sociais e distorções salariais no território nacional. O corporativismo das categorias mais organizadas, notadamente no setor público, nos três poderes da república, sem exceção, é vergonhosa. Os altos salários dos servidores do executivo, legislativo e, principalmente, no judiciário, que inflam os seus já gordos salários com verbas adicionais de auxílios moradia, paletó, entre outros privilégios, agridem os trabalhadores assalariados e os princípios da isonomia e da moralidade pública, onde nem o mesmo o teto dos servidores de R\$ 33.700 são respeitados. Assim não tem orçamento público que aguente e somente aumenta as distorções salariais e as desigualdades sociais no Brasil.

Agora, o governo federal diante das novas estimativas que alavancaram o déficit público para R\$ 159 bilhões, estimados para 2017 e 2018, e mais R\$ 129 bilhões para 2019, vai fechar um déficit total de quase meio trilhão. Essa dívida o governo Temer passará para o novo governo eleito, e mais uma vez o governo tardiamente irá começar a olhar para os necessários cortes na área de pessoal.

Diante desse caótico quadro, o governo busca fazer o dever de casa com alguns cortes da máquina pública, embora não suficiente para o equilíbrio das contas. Estima-se que, somente a partir de 2020 poderemos sair do vermelho, que particularmente não acreditamos, pelo menos, se não houver uma maior enxugamento da máquina pública, que detém um número excessivo de ministérios e cerca de 158 empresas e autarquias, muitas delas desnecessárias. Precisamos de uma acentuada melhoria na qualidade dos gastos públicos e implantação de uma política de zero desperdício dos recursos e ainda de combate à corrupção, que consomem cerca de R\$ 1,5 trilhão do sofrido orçamento nacional, suficientes para cobrir em 10 vezes a estimativa do déficit orçamentário anunciado por Meireles semana passada, de cerca de 159 bilhões.

Cobramos e ressaltamos ao governo federal e ao Congresso Nacional, que não se concede a União atentar para um corte de R\$ 10,00 no salário mínimo, enquanto deixa de cobrar os trilhões de reais dos grandes grupos empresariais nacionais e convive vergonhosamente com maior corrupção da história de nossa República.

Ricardo Valério Menezes

(Presidente do Conselho Regional de Economia – CORECON/RN)